

DELITOS ELEITORAIS PRECISAM SER APENADOS COM GRAVIDADE

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO*
Ministro do Supremo Tribunal Federal

A honorabilidade do proceder do Ministro Carlos Velloso ao longo de sua vida pública é indiscutível. Na entrevista que se segue, expõe Sua Excelência as medidas propostas pelo Tribunal Superior Eleitoral, visando aperfeiçoar o sistema eleitoral no País.

O pensamento expresso nas linhas abaixo revelam uma personalidade edificante, preocupada com o futuro da Nação, que deve unir-se no combate à corrupção, exercendo conscientemente o direito de voto, que a Carta Federal assegura a todos os brasileiros.

Revista Jurídica CONSULEX – *Ministro, o Tribunal Superior Eleitoral elaborou propostas com o objetivo de rever a legislação eleitoral. Poderia Vossa Excelência falar sobre as principais modificações sugeridas e no que isso poderá afetar a vida política?*

Ministro Carlos Mário Velloso – É verdade. Convocamos a sociedade a nos ajudar. Nomeei, então, comissão de juristas e técnicos em administração para, sob a presidência do Ministro Gerardo Grossi, apresentar propostas visando rever a legislação relativa a delitos eleitorais e aprimorar o sistema de prestação de contas pelos candidatos a mandatos eletivos e partidos políticos. Integraram a comissão, além do Ministro Grossi, seu presidente, os Professores René Ariel Dotti e Everardo Maciel, que responderam pelas relatorias das matérias debatidas nas subcomissões que trataram, respectivamente, dos delitos eleitorais e do sistema de prestação de contas, os Professores e ex-Ministros do TSE

* Ministro do Tribunal Federal de Recursos, a partir de 19/12/1977. Exonerado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 13/06/1990, em virtude de sua nomeação para Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Torquato Jardim e Costa Porto, os Doutores e ex-Ministros do TSE José Guilherme Vilela e Fernando Neves, o Professor e ex-Governador Nilo Batista, o Ministro do TCU Benjamin Zymler, o Professor Lucas Furtado, Procurador-Geral do TCU, a Contadora Leonice Severo Fernandes, do quadro de servidores do TSE, o Jornalista Cláudio Weber Abramo, Diretor-Executivo da Transparência Brasil, e o Professor e ex-Ministro da justiça Miguel Reale Júnior. A Subcomissão de Delitos Eleitorais, que teve como relator o Professor René Ariel Dotti, titular da cadeira de Direito Penal da UFPR, rees-creveu todo o capítulo do Código Eleitoral que cuida dos crimes eleitorais, além de tipificar novas condutas criminosas praticadas no meio eletrônico. A Subcomissão de Prestação de Contas sugeriu alterações na Lei Complementar nº 64, de 1990 (Lei das Inelegibilidades), na Lei nº 9.504, de 1997 (Lei das Eleições) e ofereceu anteprojeto de lei a respeito do financiamento das campanhas eleitorais. Além disso, está oferecendo sugestões para as instruções a serem expedidas pelo TSE. Essa Subcomissão, como foi dito, teve como relator o Professor Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal.

CONSULEX – *Essas propostas visam também alterar a legislação correlata, como a Lei Complementar nº 64/90, que parece não mais atender a realidade social?*

Ministro Carlos Velloso – Perfeito. Várias sugestões foram apresentadas, que o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, transformou em projeto de lei.

CONSULEX – *Qual a opinião de Vossa Excelência sobre o voto do analfabeto e a redução da idade do eleitor?*

Ministro Carlos Velloso – Os analfabetos sempre votaram no Brasil, menos no período que foi da Constituição de 1891 até a Constituição de 1988. A primeira eleição realizada no Brasil ocorreu no dia 23 de janeiro de 1523, em São Vicente, sob o pálio das Ordenações do Reino. Os analfabetos votaram. A primeira lei eleitoral brasileira foi a Lei Saraiva, de 1881, que era uma boa lei. Consagrou ela o voto censitário, mas não proibiu o voto dos analfabetos. Eu penso que é acertado conferir ao analfabeto o direito de votar. É que o analfabeto paga tributos, trabalha, é, pois, cidadão. Dos 122 milhões de eleitores brasileiros, cerca de 8 milhões são analfabetos. Também considero correto o direito de voto para os maiores de 16 anos. O jovem, hoje, recebe um mundo de informações. Está capacitado a votar.

CONSULEX – *Não acha Vossa Excelência que a legislação eleitoral está por demais banalizada, a ponto de apenas pequena parcela ser atingida?*

Ministro Carlos Velloso – A legislação eleitoral brasileira é, considerada no seu conjunto, boa. O processo eleitoral propriamente dito propicia andamento rápido das questões. É claro que muita coisa precisa ser aperfeiçoada. Daí as nossas sugestões.

CONSULEX – *A reforma prevista no ante-projeto do TSE também trata da proibição de troca de partidos por parlamentares e detentores de cargos eletivos e políticos ou, na realidade, essa mudança é consequência do regime democrático?*

Ministro Carlos Velloso – Em 1995, quando da nossa primeira presidência do TSE, elaboramos trabalho a respeito da reforma partidária. Esse trabalho foi encaminhado aos Presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. Nele estabelecemos que a troca de partidos

implicaria perda do mandato. Porque o mandato é do partido. Os partidos políticos precisam ser fortalecidos, precisam ter programas consistentes. E a fidelidade partidária é necessária. De outro lado, as cláusulas de barreira precisam ser praticadas, porque os partidos políticos devem ter caráter nacional, e não paroquial. É por isso que consideramos a verticalização necessária. Ela acaba com os "conchavos" paroquiais.

CONSULEX – *Qual a opinião de Vossa Excelência a respeito do registro de candidato condenado pela prática de crimes e por improbidade administrativa, conquanto ainda não tenha transitado em julgado a sentença condenatória?*

Ministro Carlos Velloso – Considero um absurdo alguém que está condenado pela prática de crimes e por improbidade administrativa poder ser candidato a cargo eletivo, simplesmente porque a condenação não passou em julgado. Estamos propondo que o cidadão condenado no segundo grau, vale dizer, pelos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Eleitorais, não poderá obter registro. É que, a partir daí, não há exame da matéria de fato. Os Tribunais Superiores simplesmente cuidam da ordem jurídica, da ordem constitucional. A justiça, portanto, já terá sido feita.

CONSULEX – *O que acha da idéia de consolidar, num só diploma, os delitos de corrupção, improbidade administrativa e demais crimes diretamente ligados ao Direito Eleitoral, incluindo a matéria processual?*

Ministro Carlos Velloso – Os delitos eleitorais, os crimes eleitorais, estão contidos no Código Eleitoral. Os crimes comuns, no Código Penal e em outras leis. O processo a ser seguido é o processo eleitoral e o do Código de Processo Penal.

CONSULEX – *A fraude eleitoral tem sido prática comum, difícil de debelar. Qual o remédio que poderá diminuir esse comportamento, porque anular de vez é tarefa impossível. Não acha Vossa Excelência?*

Ministro Carlos Velloso – A fraude eleitoral praticamente foi sepultada com o voto eletrônico. Com o voto eletrônico, a mão humana não participa da apuração e da totalização. Cinco minutos após a eleição, vale dizer, às 17 horas e cinco minutos, a urna está apurada, afixando-se na porta da seção eleitoral o boletim com os votos; outra via é entregue, imediatamente, aos partidos políticos. Segue, então, para a central totalizadora, para o computador do Tribunal, o disquete com três vias do boletim. O disquete é criptografado, de modo que somente o computador do Tribunal é capaz de lê-lo. O "mapismo", pois, acabou.

A grande fraude estava no "mapismo". Agora, estamos atacando a última possibilidade de fraude. É que o título eleitoral não contém dados identificadores, não contém a fotografia do eleitor. Vamos substituir os 122 milhões de títulos por títulos eleitorais com fotografia, CPF, RG, impressão digital etc. O título será carteira de identidade.

CONSULEX – *Vivemos momentos de extrema gravidade e crise política. Será fruto de legislação inadequada ou de carência de educação política?*

Ministro Carlos Velloso – A educação política é muito importante. Precisamos criar a cultura de participação, nos prélios eleitorais, com ética. A ética é fundamental. As escolas, as famílias, precisam ensinar ética. É preciso votar com consciência, buscando votar nos candidatos de partidos políticos que contenham programas consistentes. A legislação eleitoral precisa ser aperfeiçoada. Os delitos eleitorais precisam ser apenados com gravidade. O caixa dois, por exemplo, que é coisa de

bandido, que é banditismo, conforme disse o Doutor Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, com o que estou inteiramente de acordo, deve ser apenado com severidade. Estamos propondo, para esse tipo de crime, pena de reclusão que vai de três a oito anos, mais multa e com agravantes.

CONSULEX – *Qual o significado de caixa dois, no jargão eleitoral?*

Ministro Carlos Velloso – O caixa dois consiste em o candidato ou o partido declarar à Justiça Eleitoral que gastou, por exemplo, um milhão de reais, quando, na verdade, gastou cinco milhões. Os quatro milhões constituem o *caixa dois*, e o diabo sabe como esses quatro milhões foram "arranjados"; ou é dinheiro de empresas, dinheiro clandestino, ou é dinheiro público, de estatais etc. Temos que combater o *caixa dois*, eliminá-lo.

CONSULEX – *Vossa Excelência não acha que há descompasso entre as decisões da Justiça Eleitoral de primeiro e segundo graus e o Tribunal Superior Eleitoral, causando verdadeiro trauma?*

Ministro Carlos Velloso – Não. Não há descompasso entre os Regionais Eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral. A Justiça Eleitoral é excelente. Os juízes são de primeira qualidade, o mesmo podendo ser dito relativamente aos servidores da Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral obteve, na pesquisa realizada pelo Instituto Nexus, alto percentual de credibilidade junto à população, cerca de 80%. Segundo a pesquisa, a Justiça Eleitoral é a instituição política, a instituição pública brasileira, de maior credibilidade. Em segundo lugar vem o Ministério Público. Para ser preciso, 79,6% avaliaram a Justiça Eleitoral de forma positiva. A Justiça Eleitoral, de 10 instituições avaliadas, foi considerada a que tem mais credibilidade,

mantendo a posição da pesquisa realizada em 2004. Em plena crise política, cerca de 80% da população brasileira diz acreditar na Justiça Eleitoral. Isso me faz feliz. Estou deixando a Justiça Eleitoral, porque estou deixando o serviço ativo da Justiça. Vou aposentar-me, compulsoriamente, no mês de janeiro. Deixo a Justiça Eleitoral em boas mãos; os Ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio vão suceder-me na presidência do TSE. Deixo-a, gozando ela de excelente saúde moral e profissional e, vale a pena repetir, a instituição pública brasileira de maior credibilidade. Eu me orgulho de tê-la integrado.

CONSULEX – *A renúncia de mandato, por parte do político, permite que se candidate à eleição subsequente, enquanto a cassação de seu mandato o impede de candidatar-se a cargo eletivo. Qual a diferença entre essas situações no plano político? Não acha isso um contra-senso?*

Ministro Carlos Velloso – A resposta está dada na indagação. Isso é um absurdo. A renúncia não deve apagar a falta. O Congresso precisa meditar a respeito.

CONSULEX – *Vossa Excelência gostaria de fazer outras ponderações?*

Ministro Carlos Velloso – Roma, que foi dona da guerra e senhora do mundo, começou a decair, os romanos começaram a decair – vale a pena ler o livro de Montesquieu Ascensão e Decadência dos Romanos – quando os seus homens públicos, os seus soldados, os seus generais, passaram a se preocupar mais com o interesse privado em detrimento do interesse público, quando, portanto, passaram a se corromper. A corrupção levou Roma à decadência. A corrupção é o maior mal; ela corrói por dentro a democracia, que acaba ruindo. Combater a corrupção, em todos os seus níveis, é preciso. Eu acredito no Brasil, acredito nos brasileiros. Há um

núcleo de brasileiros, que constitui a imensa maioria, que não concorda com a corrupção, que deseja eliminá-la. Lutemos por esse ideal. Vamos escolher bem os candidatos, vamos fiscalizar a *res publica*, a coisa pública. Os maus só vencem quando os bons se omitem. Vamos escolher com cuidado os candidatos, vamos participar, vamos aconselhar os menos entendidos, vamos votar nos melhores, nos bons. Vencendo estes, ganharão os nossos filhos, os nossos netos, o Brasil. Vale a pena lutar por esse ideal.